

A RELAÇÃO DA IMPRENSA COM O GOLPE DE 2016: ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A (IM)PARCIALIDADE DA MÍDIA¹

Jorge Rodrigues de Souza Júnior²

RESUMO

Discutiremos a relação da imprensa com o processo de afastamento da presidenta da República Dilma Rousseff, evento que ficou conhecido como o *golpe de 2016*. O eixo de discussão será a (im)parcialidade da mídia, especificamente a jornalística, através da análise de capas de revistas e de jornais da época que retrataram esse acontecimento. Este trabalho é discutido sob o viés teórico da Análise do Discurso materialista, teoria do ramo da Linguística que possui um imbricamento com outras disciplinas das ciências humanas, com um arcabouço teórico produtivo para o estudo dos efeitos de sentidos materializados na língua, principalmente aqueles vinculados a noções de transparência e de evidência de verdade. Contextualizado nosso lugar, cabe referir que este trabalho está dividido em três partes: a apresentação do lugar teórico e o que baliza a Análise do Discurso Materialista; trabalhos de analistas de discurso que estudaram o *Golpe de 2016* e a análise discursiva de capas de revistas semanais e de jornais sobre o contexto político do *Golpe de 2016*.

Palavras-chave: Análise do Discurso Materialista; Golpe de 2016; Análise Discursiva; Gênero Jornalístico.

6

A Análise do Discurso materialista enquanto teoria e método

A Análise do Discurso materialista (doravante AD), enquanto disciplina da Linguística, dialoga com a Psicanálise e com outras ciências humanas. Nesse imbricamento, segundo MAZIÈRE (2007), a AD

- (...) [leva em consideração] a língua enquanto objeto construído pelo linguista (...) enquanto situadas em um espaço-tempo;
- (...) tem uma dupla relação com as heranças descritivas das línguas: (...) a gramática, as sintaxes e os vocabulários;
- (...) configura os enunciados a analisar em corpora construídos, geralmente heterogêneos, segundo um saber assumido, linguístico, histórico, político e filosófico;
- (...) propõe interpretações (...) levando em conta dados de língua(s) e de história, tomando em consideração as capacidades linguísticas reflexivas dos sujeitos falantes, mas também recusando pôr na fonte do enunciado um sujeito enunciator individual que seria ‘senhor em sua própria casa’ (MAZIÈRE, 2007, p. 9).

¹ Texto referente à aula ministrada no curso de extensão “O golpe de 2016 e o futuro da democracia”, oferecido pelo IFSP em 2018.

² Doutor em Letras pela USP e professor EBTT do IFSP Campus São Paulo.

A AD postula que todo discurso é constituído por uma memória discursiva, constituída por discursos produzidos anteriormente – o *já-dito*, materialidade essa construída ao longo da história cuja origem é impossível de ser discernida. Em relação ao sujeito que enuncia, segundo a perspectiva da AD adotada a partir da psicanálise, tampouco é possível de afirmar que ele seja único e totalmente consciente sobre o que diz: o inconsciente atua, nesse sujeito, de maneira que esse tivesse a ilusão de possuir a autoria de seu dizer, ou seja, de ser autor de seu discurso (já produzido desde outro lugar). Como fruto desse processo desencadeado pelo inconsciente (fruto de um *esquecimento*), ocorrem vários processos de apagamento, nos quais não é possível detectar a origem de um dizer e, ao mesmo tempo, resultam para esse sujeito a “sensação” de ser dono e origem de seu dizer. Para compreender esse processo, em que o sentido é produzido “fora” e antes do “sujeito” (e também, previamente a todo ato de enunciação³), a AD coloca em relação de análise a rede de sentidos a que todo discurso está filiado, rede constituída na história, em que os sentidos se organizam em diferentes formações discursivas⁴, materializadas em todo ato enunciativo – e que também são atualizadas nesse ato.

Conforme o aparato teórico da AD, na linguagem, frente às condições de produção de todo discurso, o sujeito se afeta pelos sentidos (em um processo inconsciente), identificando-se e constituindo-se em determinadas posições: se sujeita à língua, frente a uma memória discursiva, e também aos silenciamentos que determinam e legitimam determinados sentidos e apagando outros, sentidos esses pautados por uma ideologia. Seria pela ideologia a produção de evidências em um determinado discurso, ao apagar as

³ Segundo as teorias enunciativas da linguagem, é o ato individual de utilização da língua por um sujeito, cujo resultado, o enunciado, nunca se repete.

⁴ Segundo Haroche, Henry e Pêcheux, “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: (...) não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam. (...) as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva a outra” (HAROCHE, HENRY & PÊCHEUX, 1971). Vinculam-se às formações ideológicas, representações formadas através de práticas sociais de um dado contexto sócio-histórico. Pelo conceito de formação discursiva, analisa-se o efeito da ideologia sobre a materialidade linguística: uma mesma palavra pode “adquirir” diferentes sentidos, conforme as formações discursivas que atuam sobre ela, em um determinado contexto de enunciação. Tal conceito é fundamental para a discussão de que uma palavra nunca terá um sentido fixo, mas sim movente, conforme as condições de produção do enunciado, permeado por formações discursivas vinculadas a formações ideológicas.

contradições históricas de uma determinada posição (como se essa fosse a única possível, dentre outras).

A AD postula a impossibilidade de um discurso imparcial e comunicativo: ao enunciar, o enunciador assume uma posição (posição-sujeito), cuja realização se dará conforme as condições de produção dessa enunciação e as formações discursivas mais evidentes, efeito da ideologia e do inconsciente. Também atuam nessas condições de produção:

- as posições-sujeito do interlocutor (posições também definidas pelas condições de produção dessa enunciação e pelas formações discursivas presentes em sua enunciação e que se tornam evidentes por um efeito da ideologia e do inconsciente);
- as antecipações imaginárias dos interlocutores em relação a si, ao outro, sobre a situação empírica em que estão envolvidos e sobre o que está sendo dito;
- e as formações discursivas que permeiam todo discurso (ditas em outro lugar).

Pela AD reconhece-se que o sujeito está frente a um conjunto de discursos que possibilita o seu próprio dizer – o *interdiscurso*, como a memória do dizível (o que foi dito antes) que lhe fornece os sentidos (a dizer e a interpretar). A atualização dessa memória se dá na formulação, no fio do discurso, denominado de *intradiscurso*, em um processo em que aparentemente o sujeito possui “liberdade” ao “escolher” as palavras a serem ditas. Entretanto, como dissemos anteriormente, o sujeito “fala” conforme uma posição-sujeito permite dizer (posição determinada ideologicamente) frente a outras possibilidades, por meio de formações discursivas concomitantes e contraditórias.

Se uma determinada formação discursiva define o que pode e deve ser dito a partir de uma posição-sujeito, numa conjuntura dada, num mesmo texto podemos encontrar enunciados derivados de várias formações discursivas. Ou seja, as sequências linguísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito já estão previstas, visto que circulam entre esta ou aquela formação discursiva que compõe o interdiscurso, sob dadas condições de produção, produzidas na história. É, pois, no espaço de circulação, no movimento dentro/fora de formações discursivas que ora funcionam como dominantes ora como dominadas, que se constitui o sentido de um texto aparentemente unitário (ou pelo menos com uma estrutura única).

Para a AD a ideologia ocupa lugar central na configuração dos sentidos. Com relação a ela, um texto não pode constituir-se homogeneamente, uma vez que a ideologia apresenta descontinuidades e contradições, que são justamente representadas no texto pelas diferentes posições do sujeito (cf. ORLANDI, 2008, p.54). A organização textual, que tem como resultado a aparente unidade do texto, é produzida sob o efeito de um trabalho de autoria que confere, a essa dispersão de sentidos que remetem a diferentes posições, uma organização, o que Orlandi (idem) define como *função-autor*. Dessa forma justifica-se a afirmação, realizada anteriormente, da impossibilidade de haver um discurso imparcial e comunicativo: ele sempre será contraditório e mobilizará diferentes interpretações, conforme as formações discursivas e ideológicas que atuam na materialidade linguística, cada uma delas com sentidos que serão mais evidentes que outros conforme a ideologia – e o efeito desta nos sujeitos.

A partir dessa perspectiva teórica, relativiza-se a função da intenção do sujeito e questiona-se sua autonomia através da busca dos mecanismos discursivos que, em sua relação com a ideologia, produzem tal autonomia (ORLANDI, 2008, p. 69-70). A AD considera que o lugar de onde o sujeito fala como enunciador (a *função-autor* de todo enunciado) funciona como regulador de sentidos, ao promover a aparente unidade que a estrutura de um texto convoca, a unidade a partir de uma dispersão de discursos e sentidos produzidos ao longo da história.

Dessa forma, seria material de interpretação e de análise, por parte do analista do discurso, “o processo de produção das evidências” (cf. ORLANDI, 2004, p. 44) dos sentidos, e não especificamente as evidências em si mesmas, enquanto materialidade – mas o que dá base a elas e de quais lugares são produzidas.

Contextualizado o lugar teórico de onde falamos, a seguir apresentaremos trabalhos realizados, a partir dessa perspectiva, sobre o *golpe de 2016*, especificamente enunciados produzidos pela imprensa sobre esse tema.

Trabalhos de analistas de discurso que trataram sobre o Golpe de 2016

A noção de *acontecimento discursivo*, definida por Pêcheux (1983) como o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” explicaria a emergência de alguns trabalhos de AD que trataram sobre o *golpe de 2016*. Tal evento gerou posições favoráveis

e contrárias ao evento e foi determinante para entender o processo político brasileiro, mobilizando uma grande gama de discursos, principalmente por parte da mídia impressa. Dessa forma se constituiu um rico *corpus* para entender não somente aquele momento histórico, mas também para entender a vinculação ideológica das instituições e dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Além disso, os gêneros discursivos que compõem a esfera de circulação da mídia sempre atraíram a atenção de analistas do discurso devido a:

- ser voz de instituições estabelecidas socialmente (mercado, governo, grupos políticos hegemônicos);
- pela circulação de seus enunciados (gêneros discursivos diversos que projetam diferentes materialidades e leitores, além de ter sua circulação facilitada institucional e economicamente);
- pela contradição do imaginário de imparcialidade desses discursos (quase sempre irreal, visto que a imparcialidade é impossível) defendida pelas instituições jornalísticas e validade pelo senso comum.

Segundo Medeiros (2008):

No caso da mídia impressa há uma memória que se ancora no ideal de que a essência do jornalismo é a (in)formação (formação prévia): o dever de informar e o direito que os cidadãos têm de ser informados. Este ideal tem uma história e seu desenrolar é marcado por dizeres, por formas e por sentidos que não são aleatórios, tampouco estanques; eles se delineiam na linguagem que, nas palavras de ORLANDI [ORLANDI (2001, p. 17)], “tende a formular-se, dar-se corpo”.

10

Para Payer (2005) o enunciador de um discurso midiático realiza uma *performance* de linguagem que visa imprimir um domínio sobre o que fala, gerando o efeito de impressionar os interlocutores, ao convencê-los através da produção de evidências de sentidos (sentidos que seriam difíceis de serem discutidos ou refutados, cujo conhecimento seria aceito por todos). Seria inerente ao discurso midiático a produção de um discurso fortemente evidente, com apresentação de dados e sob um efeito de “objetividade” que garantiria seu efeito verídico. Segundo a autora:

Desta *performance* faz parte um modo de enunciação certo e firme, sem indecisões, tropeços, sem reticências ou rupturas sintáticas. Em suma: um modo de *enunciação determinado*, que produza efeitos de certeza (PAYER, 2005).

Em relação à circulação da palavra *golpe* na mídia brasileira durante o afastamento de Dilma Rousseff da presidência da República, em 2016, Possenti (2016c) considera que “um dos efeitos do sentido prototípico de golpe leva a entender implicitamente golpe como golpe militar (eventualmente violento, com suspensão de direitos), como alguns enunciadores fazem” (idem, p. 1089), tratando-se, então, de uma palavra: “[...] fortemente negativa, disfórica” (idem). Segundo o autor, comumente não se assume de forma explícita um golpe ou que alguém assuma ser um golpista. Nessa reflexão, segundo Possenti, tal funcionamento pode ser comprovado em relação ao *golpe de 1964*, definido por seus apoiadores como *revolução*, o que explicaria a rejeição a esse termo, por parte de alguns setores da sociedade, de nomear como *golpe* o ato político de impedimento da presidenta. Por outro lado, a palavra *golpe* foi legitimada por setores que apoiavam o governo naquele momento. Nesse sentido, isso remete à formulação de Orlandi de que os

dizeres não são (...) apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presente no modo como se diz, deixando vestígio (ORLANDI, 1990, p. 30).

NASCIMENTO, SANTOS & ROSZIK (2018), ao analisarem os processos de enunciação e as condições de produção do(s) sentido(s) em torno da palavra *golpe*, citam enunciados proferidos sobre a legalidade do impeachment contra a presidenta Dilma, enunciados que circularam na mídia como respaldo ao processo de impeachment e como contra-argumento ao discurso de *golpe*. Segundo os autores, um dos exemplos desses enunciados foi o emitido por Ayres Britto, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e, portanto, autoridade reconhecida e legitimada pela mídia para referendar discursos que se contrapusessem aos sentidos reafirmados em torno de *golpe*:

não há que se falar em golpe caso o processo de impeachment avance, desde que respeitadas as garantias para a defesa da presidente. (...) Toda previsão constitucional pré-exclui a possibilidade de golpe (Folha de S. Paulo, 24/03/16) (idem, 2018).

Segundo o mesmo levantamento desses autores, em 20/04/16, em seu *Caderno de Política*, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou a reportagem *Dilma comete ‘gravíssimo equívoco’ ao chamar impeachment de golpe, diz decano do STF*, reportagem que insere no título da matéria a palavra do ministro Celso de Mello – “evidenciando traços de uma

heterogeneidade mostrada marcada⁵” (idem). Marca-se uma posição, pelo jornal, sobre a opinião da presidenta, ao recorrer à fala do ministro, que classifica como um “equivoco” “chamar impeachment de golpe” e, ao mesmo tempo, isenta-se de uma posição editorial ao atribuir tal opinião a um terceiro, uma autoridade indiscutível. Trata-se, segundo os autores, “da questão do *discurso outro* presente em um determinado discurso e um modo de enunciar dos sujeitos” (idem) para dizer o que se pretende dizer, porém sem romper com a objetividade e a imparcialidade do discurso midiático, valendo-se da voz de um *outro* – nesse caso, uma reconhecida autoridade.

NASCIMENTO, SANTOS & ROSZIK (2018) também citam movimentos políticos que, incomodados com o uso da palavra *golpe*, se posicionaram contra o seu uso. Há o caso, por exemplo, no qual a presidenta Dilma, em um discurso oficial, se referiu ao seu processo de impeachment como *golpe*, evento que gerou a reportagem *Deputados entram com ação no STF para que Dilma explique por que chama impeachment de golpe*, do jornal O Estado de S. Paulo (05/05/16). Nela pode-se observar, segundo os autores, o seguinte trecho e o funcionamento discursivo de afirmar uma posição pela voz de outro enunciador, nesse caso referido aos sujeitos “ministros do STF”:

Dilma e seus aliados adotaram o discurso de “golpe” para combater o impeachment. A presidente já fez declarações neste sentido em vários discursos públicos, inclusive durante cerimônias oficiais no Palácio do Planalto. Diversos ministros do STF já rebateram esse argumento, ao afirmarem que o processo de afastamento de Dilma seguiu o que manda a Constituição (Caderno de Política, jornal O Estado de S. Paulo, 05/05/16). (idem, 2018).

O posicionamento da mídia em relação a essa questão não cessou com o término do processo de impeachment. Anos depois, a partir da repercussão sobre o posicionamento do MEC de investigar o primeiro curso sobre o *golpe de 2016* promovido pela UnB⁶, os jornais adotaram posicionamento semelhante: expressar seu posicionamento a partir da voz de um *outro* para reafirmar a própria posição

⁵ Todo discurso seria atravessado por outros discursos, atravessamento que seria constitutivo desses. Dessa forma, segundo AUTHIER-REVUZ (1982), todo discurso seria heterogêneo (heterogeneidade constitutiva); entretanto, haveria também uma heterogeneidade mostrada marcada (através de marcas que expusessem que alguma fala seria de outro sujeito, como o uso de aspas, travessões etc.), como a remissão a dizeres produzidos por outros sujeitos, e uma heterogeneidade mostrada não-marcada (esta última não tão visível linguisticamente). Tais efeitos estariam submetidos, sobretudo, ao efeito da unidade aparente de todo discurso.

⁶ Consultar nota acima sobre essa questão.

(reconhecidamente de oposição ao discurso de *golpe*). Segundo os autores, pode-se observar esse funcionamento no seguinte trecho de reportagem do Estadão:

O comentário de Dilma se estrutura como crítica à tentativa do ministro Mendonça Filho de suspender o oferecimento da disciplina (...) oferecida pelo curso de graduação em Ciência Política da UnB. Defende que houve um golpe contra o seu governo, enquanto Mendonça Filho rebate Dilma afirmando não se tratar de “uma questão de opinião, nem de reverberar a tese petista sobre o impeachment de Dilma (Estadao.com.br, 01/03/18) (idem, 2018).

Entretanto, em gêneros discursivos em que se permite que os jornais se posicionem claramente, como o editorial, houve diversos enunciados nos quais se marcou o rechaço da mídia ao projeto político empreendido pelo PT e nos quais se expressa o apoio ao impeachment (e um silenciamento sobre as arbitrariedades do processo que levaram o PT a classificá-lo como *golpe*), tais como: “O projeto totalitário do PT” (22/05/16), “O populismo no banco dos réus” (07/05/16), “A ameaça petista” (18/04/16), “Quem Dilma convence?” (08/02/16), “Dilma e as amarras do passado” [08/01/16], “Lula, o informante” (27/12/15), “O vale-tudo de Dilma” (14/12/15), “Lula arma a cena para 2018” (15/02/15), segundo levantamento feito por NASCIMENTO, SANTOS & ROSZIK (2018). Como se comprova, em gêneros discursivos em que a imparcialidade e a objetividade jornalísticas não são uma questão, sem recorrer a voz de um *outro* para se posicionar, os jornais evidentemente defendem seu ponto de vista, ainda que apelando a um viés de verdade que é reforçado e afirmado pelo lugar institucional que ocupam.

Apresentada a reflexão teórica que analisou o Golpe de 2016 como *acontecimento discursivo*, passamos à terceira parte deste trabalho, a análise de capas de revistas e jornais que noticiaram esse evento, discutindo-os como *materialidade discursiva*.

Análise discursiva de capas de revistas semanais e jornais sobre o contexto político do Golpe de 2016

No corpus selecionado para esse trabalho há de se considerar que tal ato é um gesto do analista que, ao se deparar com diferentes enunciações, verifica o que demandaria mais análise sobre o que pretende discutir. Ademais, em AD, todo trabalho de recorte e de análise é um gesto de interpretação, configurando-se uma possibilidade de análise dentre outras possíveis. Dito isto, consideramos importante destacar que neste gesto de análise identificamos três regularidades discursivas, em discursos de

materialidade híbrida (constituída de textos e imagens) cuja relação discursiva entre eles reforça os sentidos enunciados em torno do *Golpe de 2016*: **Depreciação da figura da presidenta Dilma; Legitimação popular ao impeachment; e Michel Temer como figura serena para governar o país.**

A seguir apresentamos cada uma dessas regularidades a partir de enunciados extraídos de capas de revistas e de jornais.

Depreciação da figura da presidenta Dilma

Como base dessa regularidade discursiva há sentidos que remetem, sobretudo, a sentidos que remetem ao machismo (de forte regularidade, pois está na base de todos os discursos que compartilham essa formação discursiva), quais sejam:

- Informalidade e depreciação no tratamento à figura máxima do país: *querida*, tratamento pelo primeiro nome, recorrência em mostrar a presidenta como uma mulher solitária.
- Negação da desinência de feminino do léxico *presidente*: ausência do léxico *presidenta*, forma dicionarizada há décadas no português brasileiro.
- Associação de sua figura à corrupção e ao crime como motivos de seu afastamento, com o conseqüente silenciamento do motivador jurídico do impeachment, as chamadas *pedaladas fiscais*⁷, argumento usado pelos partidários de Dilma para classificar o processo como *golpe*.
- Remissão a valores depreciativos através de adjetivações negativas, vinculadas ao feminino, como *histérica*, *nervosa*, *impaciente*, *louca* e *triste*.

⁷ Termo popular para operações financeiras não previstas no orçamento, principal argumento para a instauração do processo de afastamento da presidenta. Entretanto, tal procedimento contábil foi utilizado por todos os governos após a redemocratização, uma prática recorrente nunca colocada em discussão como crime de responsabilidade.



Figura 1: Revista *Época*: especial *Impeachment*

Na **Figura 1** acima podemos ver o funcionamento discursivo observado por NASCIMENTO, SANTOS & ROSZIK (2018), no que se refere ao uso da *heterogeneidade mostrada* (Authier-Revuz, 1982) para validar a posição da mídia por meio da voz de uma autoridade, no caso a ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia. Ao se utilizar de uma voz de autoridade, legitima-se o processo de impeachment não como uma posição de um ponto de vista da revista, mas como algo indiscutível e evidente, ao mesmo tempo que mantém a neutralidade, a objetividade e a imparcialidade da mídia em questão.

Há, porém, uma contradição materializada nessa capa enquanto enunciado, em relação à validade do processo de afastamento da presidenta como *impeachment*, que reforçaria os sentidos vinculados a *golpe*, portanto contraditórios com a posição de legalidade do processo, conforme se nota na seguinte passagem: “A romaria dos políticos ao palácio do vice-presidente” – o que se converte em uma constatação de uma movimentação de políticos antes do processo de afastamento com o então vice-presidente Michel Temer, o que põe em xeque o discurso de legitimidade do processo, visto que diversos agentes teriam interesse ao reunir-se com o principal beneficiário do afastamento de Rousseff, o vice-presidente Temer, antevendo cargos e posições no novo governo, ainda incerto naquele momento, visto que o resultado do processo poderia ser a favor da presidenta. Nota-se, também, o silenciamento da palavra *golpe* e o destaque para *impeachment*, em vermelho, cor que também é do blazer de Dilma e de seu partido, o PT,

sentidos que remetem a presidenta e o partido a dizeres de forte circulação por parte da oposição naquele momento, como a associação do vermelho ao comunismo e o lema “nossa bandeira jamais será vermelha”.

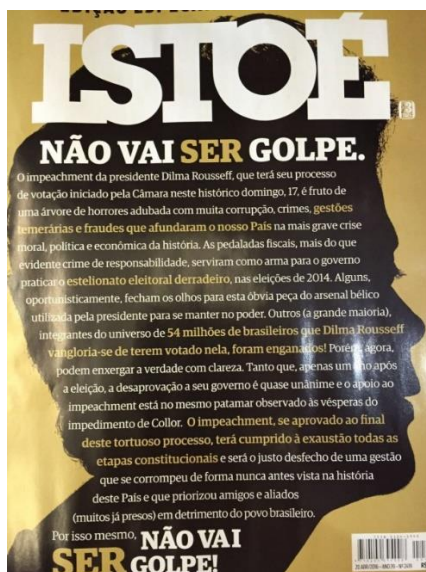


Figura 2: Capa de *IstoÉ Especial Impeachment*

A **Figura 2** acima apresenta um enunciado ao modo de editorial, porém com forte tom informal, o que rompe com o uso estável e esperado desse gênero discursivo, além do fato inusitado de ser publicado na capa da revista, o que reforça o deslocamento de sentidos nesse enunciado em relação ao que se espera de um editorial. Ademais, há o uso de exclamações, de dados sem fontes, além do fato de que não há modalização discursiva, pois todo o editorial é expresso de forma contundente, quase panfletário, incomum em discursos editoriais e mesmo em outros da imprensa, reforçando sentidos de evidência, como sabidos por todos e tomados como verdade. Ao mesmo tempo, tal editorial é uma recusa a uma *memória discursiva* sobre o presidencialismo brasileiro, convertendo-se em uma posição política da revista que rompe a neutralidade e a imparcialidade da imprensa em relação a acontecimentos ocorridos no passado, devido a sentidos expressos por enunciados como: “corrupção, crimes e fraudes que afundaram o país”; “a mais grave crise moral, política e econômica da história”, “uma gestão que se corrompeu de forma nunca antes vista na história do país”, afirmações apresentadas sem dados que as contextualizem.

Nota-se, também, um discurso construído sobre enunciados que recorrem ao uso de adjetivações, também tomadas como lugar de verdade, cujo mecanismo naturaliza os

sentidos expressos pois, ao qualificá-los desse modo, todos os leitores compreenderiam da mesma forma: “gestões temerárias”; “tortuoso processo”; “estelionato eleitoral derradeiro”. Há, também, um reforço do caráter institucional do processo, ao mesmo tempo em que há o silenciamento de suas contradições e arbitrariedades, pautados sobretudo pela recusa do discurso de *golpe*, ao trocar o uso do verbo *ter* dos discursos que criticavam o processo, pelo uso do verbo *ser*: recorrência a uma memória discursiva, a um discurso outro já-dito anteriormente (“Não vai ter golpe” por “Não vai ser golpe!”).

Apresento, a seguir, a segunda regularidade discursiva observada.

Legitimação popular ao impeachment

Um funcionamento recorrente dessa regularidade discursiva é o silenciamento da palavra *golpe* e da contradição presente no processo político desencadeado pelo *impeachment*, funcionamento discursivo que aponta para a adesão desses discursos à legitimidade desse processo, adesão esta reforçada pelos sentidos expressos pelos enunciados, os quais remetem a placares, como se fosse uma competição, ou a metáforas esportivas, como “fim do 1º tempo”. Assume-se que há lados opostos, vencedores e perdedores, o que é reforçado com a enunciação de imagem de deputados comemorando como se fossem torcedores, conforme pode ser notado nas **Figuras 3, 4 e 5**.

17



Figura 3: Capas de jornais um dia após a votação do Impeachment na Câmara dos Deputados (18/04/2016).

Na figura acima a remissão a metáforas futebolísticas, como “Fim do 1º tempo” ou a placares numéricos, descontextualiza o processo como um fato político e o coloca como uma competição. A personificação do processo na figura da presidenta, através de discursos que remetem o impeachment a uma situação de consequências pessoais para ela (“abre as portas da rua para Dilma” ou “Dilma já era”), além do fato de nomeá-la apenas com o prenome, são também mecanismos que legitimam discursos de apoio popular ao

afastamento de Dilma Rousseff, além do fato de silenciar e de descontextualizar conflitos políticos inerentes ao processo, caracterizando-os como eventos da esfera pessoal de Dilma.



Figura 4: Capas de *O Globo* registrando protestos a favor e contra o governo de Dilma Rousseff

Além disso, como se nota nas capas da **Figura 4**, colocam-se em lados opostos os apoiadores e os críticos aos governos do PT, além da remissão à figura do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, quem não possuía relação alguma com o governo de Rousseff – colocando a figura do juiz que futuramente condenou o ex-presidente à prisão como oponente dos agora dois ex-presidentes. Na mesma figura, o processo metonímico de associar todo o país aos críticos dos governos petistas (“Brasil vai às ruas...”) reforça a legitimação do processo como algo popular, de todos os brasileiros, efeito que se reforça ao compararmos esse enunciado com outra capa do mesmo jornal, cuja manchete apenas menciona as manifestações contra o impeachment como ação de “aliados de Dilma e Lula” (e por isso, menos brasileiros). A divisão em torcidas a favor e em contra ao impeachment, associando os críticos ao governo petista com a bandeira brasileira (e conseqüentemente ao Estado brasileiro), desloca os aliados de Dilma do conjunto dos brasileiros, e conseqüentemente dos menos patriotas, funcionamento também presente na **Figura 5**.



Figura 5: Capa de O Liberal, de Belém, um dia após a votação do Impeachment na Câmara dos Deputados (18/04/2016).

Podemos ver essa divisão do país em torcidas de modo mais explícito na **Figura 6**, em que está materializada essa questão no seguinte enunciado: “O Brasil não é vermelho, o Brasil é verde e amarelo”, logo abaixo do nome do jornal, como algo que funcionasse como um lema do próprio jornal, o que coloca em contradição a imparcialidade que se exige da mídia. A legitimação popular também está representada pelo uso de placar e de fotos que remetem a votação realizada no dia 17 de abril de 2016 a uma comemoração esportiva: notam-se bandeira, faixas e congressistas comemorando o resultado. Tais gestos geram o silenciamento do conflito político, das contradições específicas desse processo de afastamento e a explicitação do lugar de onde fala o jornal através da oposição implícita *nós* (o jornal, os brasileiros, os apoiadores do processo de afastamento) *vs. eles* (os petistas, os aliados de Dilma Rousseff, os apoiadores de um governo considerado corrupto por aqueles).



Figura 6: Capa de Diário de São Paulo (17/04/2016).

Nessas capas, o *interdiscurso* como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito e que está na base do dizível” (Orlandi, 2001, p. 31) dessa regularidade discursiva, remeteria a valores que vinculam a “eles” os sentidos de inimigos a serem vencidos e derrotados, o que expõe contradições como o discurso de imparcialidade da imprensa e a adesão, por parte da mídia jornalística, a sentidos ideológicos e políticos que remetem à direita e ao conservadorismo (se eles, nossos inimigos, são de esquerda, vermelhos e progressistas, logo somos o oposto disso).

Passamos, a seguir, a apresentar a terceira regularidade discursiva que identificamos a partir do recorte que realizamos com capas de jornais e revistas que noticiaram o *Golpe de 2016*.

Michel Temer como figura serena para governar o país

Essa regularidade discursiva entra em oposição à primeira, ou seja, a da depreciação da figura de Dilma, representada como uma presidenta histórica, nervosa, impaciente e triste. Tais enunciados são gestados por uma memória discursiva atravessada pelo machismo patriarcal e ao lugar comumente delegado à mulher em nossa sociedade: o homem (Temer) está em seu lugar natural, ao lugar que sempre lhe coube.



Figura 7: Capas de O Estado de São Paulo sobre a posse de Michel Temer e de Dilma Rousseff como presidentes da República

Nota-se, na **Figura 7**, que reúne capas do mesmo jornal sobre fatos políticos semelhantes (a posse de um presidente) que o evento inédito de uma mulher ser eleita pela primeira vez presidenta da república é colocado, em destaque, como um feito de um homem, visto que o presidente naquele momento, Luís Inácio Lula da Silva, era o padrinho político de Dilma Rousseff. Reforça-se, desse modo, o silenciamento de tal fato histórico, o que também deslegitima Dilma Rousseff para tal posto, como se comprova pela foto da candidata eleita não chegar a ocupar metade da capa. Marca-se, dessa forma, sua vinculação a um homem (Lula) e sua submissão a essa figura masculina, o que entra em oposição ao destaque que se dá a Temer após este assumir o posto de presidente (capa inteira com sua imagem, com o seu nome em destaque). Ademais, reforça-se o papel de Temer como uma figura serena e apto a governar o país, cuja pose está em primeiro plano e em preto e branco.

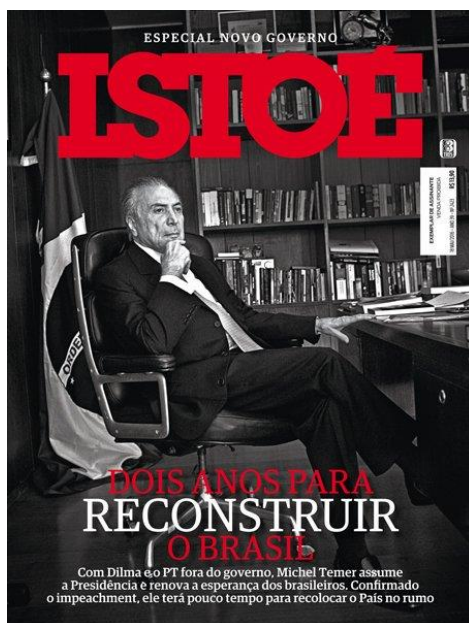


Figura 8: Capa de IstoÉ sobre a posse de Michel Temer como presidente do Brasil

Essa regularidade discursiva também está presente na **Figura 8**, cujo funcionamento discursivo produz um silenciamento da contradição que permeou todo o processo de impeachment: o movimento político empreendido por Temer para assumir o poder. Reforça-se a figura de Temer como alguém preparado para governar (e também para reconstruir o país) em uma pose serena e que remete ao poder, visto que se encontra em lugar solene, com a bandeira enquanto símbolo nacional por trás de si, além de sua figura não esboçar qualquer traço informal. Não há nenhuma remissão a sentidos de esfera pessoal, como as que ocorriam com frequência sobre Dilma Rousseff. Como presidente, ele é um novo governo, contradição que reforça a arbitrariedade do *Golpe de 2016* e o papel determinante que o agora presidente teria exercido, visto que não continuaria o plano de governo da chapa pela qual foi eleito vice-presidente. Reforça-se, dessa forma, sua desvinculação com o governo anterior, além do fato de apresentar-se como um homem que está à vontade, em seu lugar, em seu habitat natural.

A desvinculação com o governo anterior (e com a presidenta Dilma Rousseff, cuja figura se coloca em contraposição com a de Temer) também está presente na **Figura 9**, cujas capas reforçam a imagem de que o governo Temer romperia com a plataforma pela qual foi eleito, vinculando-se a discursos de que a derrota de Rousseff seria a derrota de um plano de governo – cuja *memória discursiva* está vinculada a sentidos políticos e ideológicos que agora são negados (ou que não cabem mais serem defendidos). A figura

diminuta de Dilma Rousseff na capa de Veja, acima da do presidente, apesar de não remeter ao futuro governo Temer (e sim com o fato de que investigações sobre a campanha de Fernando Pimentel ao governo de MG apontavam uso de caixa 2 na campanha da presidenta) reforça a diferença entre os dois e a figura de Temer como alguém mais preparado para o cargo. As fotografias reforçam sentidos de apoio de tais mídias ao novo governo, sentidos esses que não podem ser afirmados pelo discurso, visto que romperiam com a imparcialidade, a veracidade e a objetividade do discurso midiático.



Figura 9: Capas de Veja e de IstoÉ antes quando ainda Michel Temer ocupava o posto de vice-presidente.

Conclusão

O *corpus* selecionado coloca em xeque a imparcialidade da mídia jornalística, esfera discursiva que se apresenta sob o imaginário da objetividade e da informação imparcial. Pela AD, por ser uma teoria de interpretação cujo arcabouço teórico coloca em relação a materialidade linguística com a história e a ideologia, empreendemos um gesto de interpretação que destacasse as relações político-ideológicas da mídia impressa com o *golpe de 2016*.

Foi possível demonstrar, neste gesto, o vínculo desses discursos com uma memória discursiva que remete os enunciados analisados às formações discursivas sobre política, machismo, o papel da mulher na sociedade e o silenciamento de contradições da história política de nosso país, historicamente construídas.

Pode-se discutir que a mídia tradicional, atualmente, não ocupe lugar determinante na circulação de sentidos, visto o papel que as redes sociais desempenham para a formulação e a circulação de saberes, além de contribuir para a descentralização dos lugares hegemônicos de produção de sentidos. Por outro lado, a mídia tradicional representa setores sociais e não está separada dos saberes que circulam em um contexto sócio-histórico e, dessa forma, ainda é um lugar privilegiado para análises discursivas. Ademais, sua vinculação a lugares institucionais (sendo ela mesma uma instituição, visto seu poderio econômico e social) não pode ser desprezado quando se pretende analisar os discursos que circulam em uma determinada sociedade e sua influência sobre os discursos que circulam.

A partir da relação dos enunciados analisados com as condições de produção desses discursos e, conseqüentemente, com a memória discursiva que os permeia, observou-se como a mídia impressa se vincula a ideologias que põem em discussão seu celebrado lugar de isenção e imparcialidade. Ao mesmo tempo, são demonstrações de como a linguagem se constitui em lugar de poder e de tensão, além dos recursos oferecidos por ela para a manutenção (ou revisão) do jogo de poderes já estabelecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. *Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours*. In: DRLAV – Revue de Linguistique, n.26, 1982, p. 91-151.

HAROCHE, C., HENRY, P. & PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage. Discours. In: Langages 24, 1971, Paris.

MAZIÈRE, F. A análise do discurso: história e práticas. SP: Parábola Editorial, 2007.

MEDEIROS, C. S. As condições de produção e o discurso na mídia: a construção de um percurso de análise. In.: **Sessões do imaginário**, Porto Alegre, n° 20, dez. 2008.

NASCIMENTO, Emanuel Angelo; SANTOS, Fernando Simplício dos; ROSZIK, Anderson Augusto. A enunciação de golpe: heterogeneidade, polêmica e interdiscurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 60, n. 1, p. 242-270, abr. 2018. ISSN 2447-0686. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8650023/17876>>.

Acesso em: 02 maio 2018. doi:<https://doi.org/10.20396/cel.v60i1.8650023>.

ORLANDI, E. P. (2004). **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4. ed. Campinas: Pontes.

ORLANDI, E. P. (1988). **Discurso e leitura**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAYER, M. O. **Linguagem e sociedade contemporânea** – sujeito, mídia, mercado. In. *Rua*, Campinas, nº 11: 9-25, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Trad. E. P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993, p. 61 – 105.

_____. A Análise do Discurso: três épocas. Trad. J. de A. Romualdo. In: GADET, F.; HAK, T. Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 311-320.

POSSENTI, S. Golpe, Golpes. In: Blog do Sírio, 05.05.2016. (2016a). Disponível em <<https://blogdosirioblog.wordpress.com/2016/05/05> > Acesso em 03.05.2018.

_____. Golpe?. In: Blog do Sírio, 07.04.2016. (2016b.). Disponível em <<https://blogdosirioblog.wordpress.com/2016/04/07/golpe> > Acesso em 03.05.2018.